

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.167 - PR (2019/0039793-3)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : RENAN MINANTE PAIVA (PRESO)
ADVOGADO : POLYANA SILVA PEREIRA - PR086981
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

RENAN MINANTE PAIVA estaria sofrendo constrangimento ilegal em decorrência de acórdão proferido pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná** no HC n. 0040811-54.2018.8.16.0000.

Extraí-se dos autos que, em 18/12/2015, o Juízo de primeiro grau decretou a prisão preventiva de 779 investigados – entre eles, o recorrente –, em decorrência de investigação policial denominada "Operação Alexandria".

Nesta Corte, a defesa sustenta o excesso de prazo para a formação da culpa. Salienta que o Ministro Marco Aurélio de Melo, do Supremo Tribunal Federal, reconheceu excesso de prazo em favor de um dos corréus, no Habeas Corpus nº 151.610/PR, 153.598/PR, 154.594/PR e 157.140/PR, sendo cabível a extensão do benefício, nos termos do artigo 580 do Código de Processo Penal.

Dessa forma, pugna, liminarmente e no mérito, pela expedição de alvará de soltura.

Decido.

A Corte estadual afastou o suposto excesso de prazo para o encerramento do feito ao destacar o fim da instrução processual, aplicando ao caso a Súmula n. 52 do STJ.

Ademais, observo que a **complexidade do caso em exame – apuração do envolvimento de mais de 700 pessoas com organização criminosa voltada à prática habitual do crime de tráfico de drogas –, a um primeiro olhar, justifica o elastecimento dos prazos previstos na legislação processual.**

Assim, não vislumbro, ao menos por ora, constrangimento ilegal a sanar em sede de medida de urgência, de modo que a controvérsia

será analisada na oportunidade própria do seu julgamento definitivo.

À vista do exposto, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao magistrado singular sobre os fatos alegados na inicial, devendo informar qualquer alteração no quadro fático atinente à ação penal de que se cuida.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

